



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
CNPJ nº 75.392.019/0001-20

COMUNICADO DE CONTRARRAZÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 119/2020, no âmbito da **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020**, comunica aos respectivos licitantes, nos termos do art. 109, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, a contrarrazão interposta pela empresa **IPM Sistemas Ltda.**, no ensejo, informamos que o processo seguirá para parecer jurídico e posterior decisão da comissão de licitação. A contrarrazão apresentada encontra-se em anexo a este comunicado.

Santa Mariana, 03 de março de 2020.

SILMARA CRISTINA CAMPIAO GALEGO
Presidente
Portaria 119/2020

LICITAÇÃO - SANTA MARIANA -PR

De: Antonio Natalio do Canto Vignali <antonio.vignali@ipm.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 28 de fevereiro de 2020 16:44
Para: licitacao
Cc: Licitacoes IPM; Vanessa Cardoso Pires
Assunto: CONTRARRAZÕES AO RECURSO DA EMPRESA EQUIPLANO
Anexos: signed-12046_210220170723_edicao3351702a2102_pdf.pdf; Contrarrrazões - IPMSISTEMAS - SANTA MARIANA - assinado.pdf

Prezados(as) Senhores(as),

Seguem as contrarrrazões ao recurso interposto pela empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.

Atenciosamente,



Antonio Natalio do Canto Vignali
Advogado - OAB/SC 36.999
antonio.vignali@ipm.com.br
48 3031.7525

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO
DE SANTA MARIANA - PR**

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0003-03, com sede na Rua Tuiuti, nº 20, Centro, Rio do Sul, por seu procurador abaixo firmado, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, apresentar as suas

CONTRARRAZÕES RECURSAIS

em face do recurso interposto pela empresa **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA**, pelas razões de fato e de direito que seguem:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A intimação da empresa **IPM SISTEMAS LTDA** em relação ao recurso interposto pela empresa **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA** ocorreu no dia 20/02/2020, iniciando-se o prazo para a apresentação das contrarrazões a partir do dia 21/02/2020 e interrompendo o mesmo nos dias 22, 23, 24 e 25, os dois primeiros dias em razão de ser final de semana e os dois últimos pelo fato de não ter havido expediente no município, de acordo com o teor do Decreto Municipal nº.110/2020.

Diante disso, o início do prazo para o protocolo das razões recursais se deu a partir do dia 21/02/2020 findando-se no dia 02/03/2020, sendo, portanto, tempestivo o presente recurso.

2. DOS FATOS – DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL PELA IPM SISTEMAS LTDA.

Conforme previsto no Edital do referido certame, em 13/02/2020 às 09h00min, na sala de Licitações do Município de Santa Mariana/PR, iniciaram-se os trabalhos da sessão pública da Tomada de Preços nº 01/2020, o qual teve por objeto:

1. OBJETO, VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1. O objeto da licitação é a Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento dos seguintes softwares para utilização no executivo municipal:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE

SOFTWARE, incluindo os seguintes sistemas: Contabilidade Pública, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Controle Patrimonial, Licitações e Compras, Controle Interno, Controle de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Frotas, Portal da Transparência, Tramitação de Processos e Protocolo, Tributação e Dívida Ativa, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e suporte técnico operacional, PARA UTILIZAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com o termo de referência que fazem parte integrante do presente Edital, incluindo: 1) Conversão (caso necessário), 2) Implantação; 3) Treinamento de todos os softwares; 4) Suporte operacional para todos os softwares.

1.3. O valor total máximo desta licitação é de R\$ R\$ 110.760,00 (centoe dez mil setecentos e sessenta reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, observados os índices de correção (IGPM) a cada doze meses, incluindo todos os serviços objeto deste certame.

1.3.1. Não será custeado qualquer valor a título de Instalação, implantação, conversão e treinamento de usuários.

1.4. Os recursos para execução da obra objeto deste Edital correrão as expensas deste Município de Santa Mariana, através da dotação indicada no Parecer Contábil acostado aos autos.

Além da Recorrente, as empresas ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA e EQUIPLANO SISTEMA LTDA participaram da abertura dos envelopes contendo documentações, proposta técnica e proposta de preço.

Deste modo, a Comissão de Licitação procedeu a abertura dos envelopes de habilitação (envelope nº. 01), sendo verificada e rubricada a documentação das proponentes.

Da análise da documentação, a Comissão de Licitação julgou habilitada todas as participantes, declarando em ata que “[...] as empresas participantes atenderam integralmente ao solicitado em edital e foram declaradas HABILITADAS”.

Diante disso, a Recorrente apresentou manifestou o seu interesse de interpor recurso, uma vez que em análise à documentação da concorrente Elotech Gestão Pública Ltda, constatou-se que o módulo Dívida Ativa não consta nos atestados de capacidade técnica por ela apresentados, não atendendo, portanto, o objeto da licitação.

Assim sendo, ante essa clara evidenciação de que o atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa Elotech Gestão Pública Ltda não há outra alternativa à Administração do Município de Santa Mariana que não seja a **inabilitação da referida empresa**, de acordo com os fatos e fundamentos que seguem.

Por outro lado, de forma infundada a empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA manifestou a intenção de recurso em face da empresa IPM SISTEMAS LTDA. sob o argumento de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida demonstram que o sistema fica hospedado no data center da proponente e não na prefeitura.

Todavia, tal argumento é totalmente inócuo, pois as próprias razões recursais da recorrente demonstram de forma categórica que o edital não fazia tal exigência no que tange aos atestados de capacidade técnica, sendo totalmente ilegal a inabilitação da recorrida por esse motivo.

Além disso, diferente daquilo que alega a recorrente, a IPM SISTEMAS LTDA cumpre a referida exigência editalícia, pois mantém uma cópia redundante atualizado em

tempo integral do banco de dados nas dependências da Prefeitura, atendendo a referida exigência.

3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA APTA A INABILITAR A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA

Primeiramente, destaca-se aquilo que descreve o edital, o qual segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, faz Lei entre a Administração e as Licitantes:

4.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, em nome da Proponente, que comprove que presta ou tenha prestado serviços para pessoa jurídica de direito público (Municipal) ou privado, mediante apresentação mínima de 01 (um) atestado.

Portanto, conforme pode se observar, o edital é claro quanto a exigência do atestado de capacidade técnica, a qual foi devidamente cumprida pela Recorrida.

Por sua vez, o item 6.2 do Termo de Referência assim descreve:

6.2 A instalação do software a ser executados por técnicos da proponente para realização das conexões e acionamento dos comandos necessários para deixar os programas **funcionando nos equipamentos da Prefeitura Municipal.**

Diante disso, não há qualquer dúvida em relação ao atendimento dos requisitos do edital por parte da empresa IPM SISTEMAS LTDA., sendo totalmente descabida a pretensão da Recorrente de inabilitá-la.

Por seu turno, destaca-se que também é descabida a alegação de que os Atestados de Capacidade Técnica fornecidos pela empresa IPM SISTEMAS LTDA não atendem o objeto da licitação, o qual descreve:

1. OBJETO, VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1. O objeto da licitação é a Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento dos seguintes softwares para utilização no executivo municipal:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE

SOFTWARE, incluindo os seguintes sistemas: Contabilidade Pública, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Controle Patrimonial, Licitações e Compras, Controle Interno, Controle de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Frotas, Portal da Transparência, Tramitação de Processos e Protocolo, Tributação e Dívida Ativa, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e suporte técnico operacional, PARA UTILIZAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com o termo de referência que fazem parte integrante do presente Edital, incluindo: 1) Conversão (caso necessário), 2) Implantação; 3) Treinamento de todos os softwares; 4) Suporte operacional para todos os softwares.

1.3. O valor total máximo desta licitação é de R\$ R\$ 110.760,00 (centoe dez mil setecentos e sessenta reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, observados os índices de correção (IGPM) a cada doze meses, incluindo todos os serviços objeto deste certame.

1.3.1. Não será custeado qualquer valor a título de Instalação, implantação, conversão e treinamento de usuários.

1.4. Os recursos para execução da obra objeto deste Edital correrão as expensas deste Município de Santa Mariana, através da dotação indicada no Parecer Contábil acostado aos autos.

Como se vê, os atestados de capacidade técnica são amplamente aptos a comprovarem o atendimento tanto do item 4.1.4.1 do Edital, quanto do item 6.2 do Termo de Referência e do Objeto do certame, sendo totalmente desprovida o recurso da empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, o qual configura-se como uma clara tentativa de tumultuar o processo licitatório.

Ademais, não há qualquer dúvida que o sistema ofertado pela empresa IPM SISTEMAS LTDA. funcionará nos equipamentos da Prefeitura, consubstanciando-se como esdrúxula e fantasiosa a tese da empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida são insuficientes para o atendimento das exigências editalícias.

Nessa lógica, desclassificar a Recorrida **IPM SISTEMAS LTDA** pelo não atendimento de algo que não foi exigido no edital configura-se como claro desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Nestes termos, ensina-nos o Mestre Hely Lopes Meirelles que o Edital "é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu" (Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª Edição. São Paulo:Ed. Malheiros, 2011).

O artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93 ratifica o mandamento:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Nesse sentido, De Mello assim descreve sobre o assunto:

[...] um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de *competição*, a **ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessárias ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.** (DE MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 30ª Ed São Paulo: Malheiros, 2013). Grifo nosso.

Di Pietro acrescenta sobre a licitação:

[...] o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato. (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª Edição – São Paulo: Atlas, 2013). Grifo nosso.

Di Pietro (2013) tratando do princípio da vinculação, diz que este é essencial e sua inobservância enseja nulidade do procedimento, fazendo referência aos artigos 3º e 41 da Lei de Licitações, ressaltando que *“a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao que se acha estritamente vinculada”* (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª Edição – São Paulo: Atlas, 2013).

Conforme plenamente consabido, o edital é a lei interna da licitação. Assim, tanto os participantes quanto a Administração Pública estão vinculados aos termos nele consignados. A impugnação das matérias constantes no edital deveria ser efetivada após a ciência das normas do certame e não após divulgação de resultado incompatível com as expectativas da Recorrente.

A alteração das regras do edital, da forma como requerida neste Recurso, representa flagrante ofensa ao princípio da isonomia, na medida em que propõe conceder à empresa Recorrente, tratamento diferenciado daquele dispensado às demais licitantes que concorreram nas mesmas condições e submeteram-se às exigências nele contidas.

Nesse interim, cumpre destacar o que preceituam os artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos. (Grifou-se)

Art. 41. A Administração não pode **descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**.

Por fim, destaca-se que o presente certame é regido pela modalidade tomada de preço do tipo melhor técnica e preço, sendo totalmente inviável a inabilitação da Recorrente em razão de qualquer ausência de atendimento de requisitos técnicos gerais, uma vez que tais requisitos devem ser apurados na avaliação da proposta técnica.

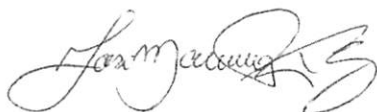
Dessa forma, tem-se como rechaçadas as razões recursais da Recorrente EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, vez que totalmente desprovidas de fundamentos fáticos e jurídicos.

4. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, haja vista as razões de interesse público requer-se o recebimento e conhecimento das presentes contrarrazões, com o consequente desprovimento do Recurso interposto pela empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA mantendo-se incólume a decisão que habilitou a empresa IPM SISTEMAS LTDA, determinando-se o prosseguimento do certame.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.



JOSÉ M. RIBAS PASSOS
OAB/SC 8.413

ANTONIO NATALIO
DO CANTO VIGNALI

Assinado de forma digital por
ANTONIO NATALIO DO CANTO
VIGNALI
Dados: 2020.02.28 16:22:53 -03'00'

ANTONIO NATALIO DO CANTO VIGNALI
OAB/SC 36.999